

Dívida: acordo primeiro com o Clube de Paris?

O ministro Dílson Funaro, da Fazenda, afirmou ontem, em Brasília, que o Brasil poderá procurar chegar a um acordo com o Clube de Paris antes de renegociar a dívida com os bancos credores; que não há nenhum impasse como resultado do tratamento que o País recebeu do governo norte-americano durante a reunião do Fundo Monetário Internacional; e que as posições do governo continuam "inarredáveis".

O fechamento de um acordo com o Clube de Paris antes de um acordo com os bancos credores é uma alternativa que o Brasil poderá buscar no processo de renegociação de sua dívida externa, informou o ministro da Fazenda, mesmo admitindo ter observado, em seus recentes contatos no Exterior, uma menor rigidez dos banqueiros em relação à posição brasileira de não submeter-se ao monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Segundo Funaro, um acordo com o Clube de Paris "tornaria muito mais fácil" o fechamento de um rescalonamento pluri-anual do restante do estoque da dívida brasileira junto aos bancos. O ministro disse que durante as negociações, o Brasil poderá tentar essa estratégia, "dependendo do andamento dos contatos com os bancos".

O ministro também disse que não foi criado um impasse entre o Brasil e os bancos credores e os governos que integram o Clube de Paris, como resultado do tratamento que o Brasil recebeu durante a reunião anual do FMI. Para o ministro, a não inclusão do nome do País nos elogios feitos pelo presidente norte-americano, Ronald Reagan, e pelo secretário do Tesouro daquele país, James Baker, durante a reunião, não "isolaram o Brasil".

Para Funaro, o Brasil tem o reconhecimento internacional, por estar ajustando sua economia com crescimento e redução da inflação. Ele disse que o diretor-gerente do fundo, Jacques de Larosiére, que está de saída, elogiou o Brasil, e que o próprio James Baker fez o mesmo. O ministro acrescentou que o elogio do secretário do Tesouro foi proferido durante uma festa promovida por uma revista econômica dos Estados Unidos.

As posições do Brasil continuam "inarredáveis", reafirmou Funaro. "Queremos a volta ao mercado internacional e um acordo com os credores e Clube de Paris sem o monitoramento do FMI", afirmou. Nem mesmo a possibilidade do fechamento de um acordo com um monitoramento mais suave, como o da Venezuela, que acertou com o Banco Mundial (Bird), está nos planos do Brasil, disse.

O ministro criticou duramente a disposição dos países desenvolvidos e credores em manterem "as rígidas regras de relacionamento criadas há três anos". Segundo Funaro, não se justificam mais estas regras após o por da crise internacional ter sido superado. Para o ministro, a quebra desta rigidez será um passo importante não só para o Brasil, mas para todos os outros países devedores, "pois estaremos vivendo num mundo melhor".

Provincianismo

O ministro João Sayad, do Planejamento, que reuniu os jornalistas para fazer uma análise de sua recente viagem aos Estados Unidos, onde participou da assembléia geral do FMI-Banco Mundial, declarou-se satisfeito com os avanços nas negociações envolvendo maior participação do Bird no financiamento de setores da economia brasileira, inclusive no regime de co-financiamento.

Sayad não quis se estender na abordagem das negociações com os banqueiros privados, dizendo ser essa uma atribuição do ministro da Fazenda, mas classificou de manifestação de provincianismo a preocupação com a atitude do presidente Reagan, ao excluir ostensivamente o Brasil, quando citou, em seu discurso no FMI, os países que, a seu juízo, estão obtendo êxito em seus programas de ajuste.

Encerramento

Os discursos acabaram e hoje começa a sessão de encerramento da assembléia anual do FMI, com as conclusões apresentadas pelo presidente do Banco Mundial e o diretor-gerente do Fundo. Mas nem eles reunirão um grande público, já que há dois dias os delegados e angustiados banqueiros deixaram a assembléia, escreve de Washington nosso enviado especial Robert Appy, que prossegue:

Os 151 membros do FMI sabem que não foi em Washington que seus problemas foram resolvidos. No entanto, devem ter ouvido com uma atenção toda especial dois discursos que colocaram muito bem os problemas atuais. Um dos países ricos, a Austrália; outro do presidente do Banco Central do Equador, que falou em nome da América Latina. São discursos substanciais, no sentido de que levam a pensar.